



# Tribunal de Contas

*Direção-Geral*

Av. Barbosa du Bocage, 61  
1069-045 LISBOA

E-mail: [geral@tcontas.pt](mailto:geral@tcontas.pt)  
URL: <http://www.tcontas.pt>

Tel.: 21 794 51 00  
Fax: 21 793 60 33  
Linha Azul 21 793 60 08/9

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
Município de Torres Novas  
Rua General António César Vasconcelos  
Correia  
2350-421 - TORRES NOVAS

Vossa referência

Nossa referência  
DECOP/UAT.2/ 3378/2013  
8-8-2013

Assunto: **Processo(s) Visado(s)**  
**1650/2012**

Tendo sido visado(s) em Sessão Diária de Visto da 1.ª Secção do Tribunal de Contas, de 2013.8.6, tenho a honra de enviar a V. Ex.ª o(s) adjunto(s) processo(s) registado(s) nesta Direção-Geral sob os número(s) acima indicado(s).

Informa-se que não são devidos emolumentos nos termos da lei.

Com os melhores cumprimentos,

A Auditora-Coordenadora  
(por subdelegação de assinatura)

Ana Luísa Nunes

**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**  
**“Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)”**

ENTRE

**O ESTADO PORTUGUÊS**, representado pela Senhora Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, Elsa Roncon Santos, de acordo com o disposto no n.º 4, do Artigo 5.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, e do n.º 2 do Artigo 5.º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, na qualidade de mutuante, (doravante designado abreviadamente por **MUTUANTE**);

E

**O MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**, com sede na Rua General António de Vasconcelos Correia, 2350-421 - Torres novas, pessoa coletiva de direito público n.º 506608972, neste ato representado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, Pedro Paulo Ramos Ferreira, na qualidade de mutuário (doravante designado abreviadamente por **MUNICÍPIO ou MUTUÁRIO**);

No âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, e regulamentado pela Portaria nº 281-A/2012, de 14 de setembro, é celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Empréstimo, que se rege pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira**

**(Montante do empréstimo)**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 84.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e do Despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e da Administração Local e Reforma Administrativa, de 13 de novembro de 2012, pelo presente contrato, nos termos e condições nele previstos, o **MUTUANTE** concede ao **MUTUÁRIO**, aderente ao **Programa II**, um empréstimo no valor de até **EUR 7.481.184,57** (*sete milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, cento e oitenta e quatro Euros e cinquenta e sete cêntimos*).

**Cláusula Segunda**

**(Finalidade do Empréstimo)**

O empréstimo referido no número anterior destina-se ao pagamento de dívidas do

**MUNICÍPIO**, vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 março de 2012, registadas no Sistema Integrado de Informação da Administração Local, constantes da lista Anexa ao presente contrato e a regularizar por ordem decrescente da maturidade da dívida.

### **Cláusula Terceira**

#### **(Modo e prazo de utilização)**

O capital mutuado será disponibilizado em duas tranches, através de transferência bancária a efetuar para uma conta bancária exclusiva para o PAEL, a indicar pelo **MUNICÍPIO**, a partir da conta da **DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais**, criada para o efeito, junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (IGCP), com o NIB 0781 011201120014598 96, devidamente creditada pelo **MUTUANTE**, nos seguintes termos:

a) - A primeira, no valor de 70 % do montante financiado, até ao 5.º dia útil após recepção pelo **MUTUANTE** da comunicação, pelo **MUTUÁRIO**, de obtenção de Visto do Tribunal de Contas à contratação do presente empréstimo;

b) - A segunda, no valor de 30 % do montante financiado, até ao 5º dia útil após comunicação da **DGAL** ao **MUTUANTE**, do cumprimento dos pressupostos necessários para o efeito, previstos na alínea b) do n.º 2, do Artigo 12.º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro.

### **Cláusula Quarta**

#### **(Prazos)**

O presente empréstimo tem um prazo máximo de 14 anos, sem período de carência.

### **Cláusula Quinta**

#### **(Juros)**

1. Cada um dos montantes desembolsados ao abrigo do presente contrato vence juros semestrais e postecipados, a 15 de maio e a 15 de novembro de cada ano, calculados dia a dia e numa base anual de 360 dias, desde a data de cada utilização até à data do respetivo reembolso, os quais são devidos pelo **MUTUÁRIO** ao **MUTUANTE**, por aplicação da taxa de juro definida nos termos do número seguinte.

2. A taxa de juro a fixar na data de cada desembolso, corresponderá ao respetivo custo de financiamento da República Portuguesa acrescido do *spread* de 15 pontos base (pb), de acordo com a cotação a obter junto do IGCP e a transmitir ao **MUTUÁRIO** pelo **MUTUANTE**.

3. Os juros são pagos na data do seu vencimento.

### **Cláusula Sexta**

#### **(Reembolso)**

O **MUTUÁRIO** procederá ao reembolso do capital de cada parcela desembolsada em 28 prestações semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de novembro de 2026.

### **Cláusula Sétima**

#### **(Modo de Pagamento)**

1. O pagamento do capital e dos juros a realizar pelo **MUTUÁRIO**, nos termos do presente empréstimo, deverá ser efetuado para a conta do **MUTUANTE** junto do IGCP com o NIB 0781 0112 01120012509 58, nas respetivas datas de vencimento estipuladas nas Cláusulas Quinta e Sexta do presente contrato.

2. No caso de uma das datas de vencimento estipuladas, no presente contrato não constituir um dia útil, o pagamento será efetuado no dia útil imediatamente seguinte, convencionando-se dia útil o dia em que os Bancos estejam abertos e a funcionar regularmente em Lisboa e em que o sistema de pagamentos TARGET esteja em funcionamento.

### **Cláusula Oitava**

#### **(Mora)**

Em caso de atraso no pagamento por parte do **MUTUÁRIO** de qualquer montante devido ao abrigo do presente contrato, ao montante em dívida será aplicada a taxa de juro fixada na Cláusula Quinta do presente contrato, acrescida de uma sobretaxa de 2% (dois por cento), desde a data do incumprimento até à data do efetivo pagamento, sem prejuízo do acionamento de outras garantias.

### **Cláusula Nona**

#### **(Garantias)**

Em caso de incumprimento por parte do **MUTUÁRIO** de qualquer pagamento ao abrigo do presente contrato de empréstimo e pelo valor em dívida, independentemente dos limites previstos na Lei das Finanças Locais, este reconhece ao **MUTUANTE** o direito de solicitar: i) à DGAL que proceda à retenção da receita não consignada proveniente das transferências do Orçamento do Estado; e ii) à Autoridade Tributária e



Aduaneira a retenção de outras receitas de natureza fiscal, devendo o montante retido ser afecto ao pagamento do montante em dívida.

### **Cláusula Décima**

#### **(Compromisso)**

O **MUTUÁRIO** compromete-se a facultar ao **MUTUANTE** e à DGAL todos os elementos que vierem a ser solicitados, direta ou indiretamente, para acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações estipuladas no presente contrato

### **Cláusula Décima Primeira**

#### **(Alterações ao contrato)**

Qualquer alteração ao presente contrato deverá revestir a forma de documento escrito assinado pelos outorgantes.

### **Cláusula Décima Segunda**

#### **(Comunicações)**

Todas as comunicações e notificações a serem feitas entre as partes, nos termos do presente empréstimo, devem, sob pena de nulidade, ser efetuadas para os seguintes endereços:

**MUTUANTE:** Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Rua da Alfândega, 5 – 1º  
1149 – 008 Lisboa  
Tel: 218846000  
Fax: 218846200  
E-mail: apoiosfinanceiros@dgtf.pt

**MUTUÁRIO:** Município de Torres Novas

Rua General António de Vasconcelos Correia  
2350-421 Torres novas  
Tel.: 249839400 / 249839430  
Fax: 249811780  
Email.: geral@cm-torresnovas.pt / daf@cm-torresnovas.pt  
isabel.ribeiro@cm-torresnovas.pt



### Cláusula Décima Terceira

#### (Vigência)

O presente contrato produz efeitos na data em que os outorgantes procedam à respectiva assinatura e cessará quando se verificar o pagamento integral de todos os montantes em dívida resultantes do presente contrato.

O presente contrato é feito em dois exemplares que serão assinados pelos outorgantes, ficando cada um deles na posse de um exemplar.

Em 16 de novembro de 2012.

O ESTADO,



Elsa Roncon Santos

O MUNICÍPIO,



Pedro Paulo Ramos Ferreira

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIRECÇÃO-GERAL

22.NOV2012 001650

CONTADORIA GERAL DO VISTO

original

**ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**  
**CELEBRADO EM 16/Novembro/2012**  
**“Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)”**

ENTRE

**O ESTADO PORTUGUÊS**, representado pela Senhora Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, Elsa Roncon Santos, de acordo com o disposto no n.º 4, do Artigo 5.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, e do n.º 2 do Artigo 5.º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, na qualidade de mutuante;

E

**O MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**, com sede na Rua General António de Vasconcelos Correia, 2350-421 - Torres Novas, pessoa coletiva de direito público n.º 506608972, neste ato representado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, Pedro Paulo Ramos Ferreira, na qualidade de mutuário;

Vêm, pelo presente aditamento, e na sequência das sugestões emanadas pelo despacho do Tribunal de Contas, proferido em sessão diária de visto, da 1.ª Secção, de 21 de junho de 2013, anexar ao contrato por eles outorgado em 16 de novembro de 2012, celebrado no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, e regulamentado pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, **novo quadro VI**, devidamente retificado, e alterar em conformidade as **Cláusulas Primeira e Sexta** daquele contrato, que passam a ter a seguinte redação:

**“Cláusula Primeira**

**(Montante do empréstimo)**

*Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 84.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e do Despacho, 14763-G/2012, de 13 de novembro de 2012, dos Secretários de Estado do Tesouro e da Administração Local e Reforma Administrativa, pelo presente contrato, nos termos e condições nele previstos, o **MUTUANTE** concede ao **MUTUÁRIO**, aderente ao **Programa II**, um empréstimo no valor de até **EUR 6.795.453,58** (seis milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e três Euros e cinquenta e oito cêntimos).”*

.../...

SL



**"Cláusula Sexta**

**(Reembolso)**

O **MUTUÁRIO** procederá ao reembolso do capital de cada parcela desembolsada em 28 prestações semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2013 e a última em 15 de maio de 2027."

O presente aditamento é feito em dois exemplares que serão assinados pelos outorgantes, ficando cada um deles na posse de um exemplar.

Em 11 de julho de 2013.

O ESTADO,



Elsa Roncon Santos

O MUNICÍPIO,



Pedro Paulo Ramos Ferreira

SL

## Plano Previsional de Amortizações do Empréstimo no âmbito do PAEL

### Município de Torres Novas

**Programa PAEL II**

Interlocutor Isabel Ribeiro  
Contactos geral@cm-torresnovas.pt; daf@cm-torresnovas.pt  
isabel.ribeiro@cm-torresnovas.pt

Despacho Conjunto N.º 14763-G/2012  
Montante Contratual **6.795.453,58 EUR**  
Data dos desembolsos<sup>(1)</sup>  
Taxa de Juro<sup>(2)</sup> 2,450%  
Spread 0,150%

Primeira data de reembolso 15-11-2013  
Última data de reembolso 15-05-2027  
Modo de reembolso prestações semestrais iguais e consecutivas  
Nº de anos 14  
Número de prestações 28  
Pagamento de juros 15/05 e 15/11  
Modo de cálculo do número de dias atual/360

**Total de juros: 1.253.757,14 C**

Nº	Data	Prestação Semestral	Taxa de Juros	Taxa Total	Dias	Juros	Capital	Capital em dívida após prestação
1	15-11-2013	286.865,22 C	2,450%	2,600%	90	44.170,45 C	242.694,77 C	6.552.758,81 C
2	15-05-2014	328.353,89 C	2,450%	2,600%	181	85.659,12 C	242.694,77 C	6.310.064,04 C
3	15-11-2014	326.548,51 C	2,450%	2,600%	184	83.853,74 C	242.694,77 C	6.067.369,27 C
4	15-05-2015	322.008,77 C	2,450%	2,600%	181	79.314,00 C	242.694,77 C	5.824.674,50 C
5	15-11-2015	320.098,22 C	2,450%	2,600%	184	77.403,45 C	242.694,77 C	5.581.979,73 C
6	15-05-2016	316.066,79 C	2,450%	2,600%	182	73.372,02 C	242.694,77 C	5.339.284,96 C
7	15-11-2016	313.647,94 C	2,450%	2,600%	184	70.953,16 C	242.694,77 C	5.096.590,19 C
8	15-05-2017	309.318,53 C	2,450%	2,600%	181	66.623,76 C	242.694,77 C	4.853.895,42 C
9	15-11-2017	307.197,65 C	2,450%	2,600%	184	64.502,88 C	242.694,77 C	4.611.200,64 C
10	15-05-2018	302.973,41 C	2,450%	2,600%	181	60.278,64 C	242.694,77 C	4.368.505,87 C
11	15-11-2018	300.747,36 C	2,450%	2,600%	184	58.052,59 C	242.694,77 C	4.125.811,10 C
12	15-05-2019	296.628,29 C	2,450%	2,600%	181	53.933,52 C	242.694,77 C	3.883.116,33 C
13	15-11-2019	294.297,07 C	2,450%	2,600%	184	51.602,30 C	242.694,77 C	3.640.421,56 C
14	15-05-2020	290.546,09 C	2,450%	2,600%	182	47.851,32 C	242.694,77 C	3.397.726,79 C
15	15-11-2020	287.846,78 C	2,450%	2,600%	184	45.152,01 C	242.694,77 C	3.155.032,02 C
16	15-05-2021	283.938,05 C	2,450%	2,600%	181	41.243,28 C	242.694,77 C	2.912.337,25 C
17	15-11-2021	281.396,50 C	2,450%	2,600%	184	38.701,73 C	242.694,77 C	2.669.642,48 C
18	15-05-2022	277.592,93 C	2,450%	2,600%	181	34.898,16 C	242.694,77 C	2.426.947,71 C
19	15-11-2022	274.946,21 C	2,450%	2,600%	184	32.251,44 C	242.694,77 C	2.184.252,94 C
20	15-05-2023	271.247,81 C	2,450%	2,600%	181	28.553,04 C	242.694,77 C	1.941.558,17 C
21	15-11-2023	268.495,92 C	2,450%	2,600%	184	25.801,15 C	242.694,77 C	1.698.863,40 C
22	15-05-2024	265.025,39 C	2,450%	2,600%	182	22.330,62 C	242.694,77 C	1.456.168,63 C
23	15-11-2024	262.045,63 C	2,450%	2,600%	184	19.350,86 C	242.694,77 C	1.213.473,85 C
24	15-05-2025	258.557,57 C	2,450%	2,600%	181	15.862,80 C	242.694,77 C	970.779,08 C
25	15-11-2025	255.595,35 C	2,450%	2,600%	184	12.900,58 C	242.694,77 C	728.084,31 C
26	15-05-2026	252.212,45 C	2,450%	2,600%	181	9.517,68 C	242.694,77 C	485.389,54 C
27	15-11-2026	249.145,06 C	2,450%	2,600%	184	6.450,29 C	242.694,77 C	242.694,77 C
28	15-05-2027	245.867,33 C	2,450%	2,600%	181	3.172,56 C	242.694,77 C	0,00 C

Notas:

(1) - O capital mutuado será disponibilizado em duas ou três tranches consoante o Programa do PAEL. Para efeitos da presente simulação, considerou-se um prazo médio para os desembolsos de 90 dias.

(2) - Nos termos n.º 2 da Cláusula Quinta do Contrato de Empréstimo, a taxa de juro a fixar na data de cada desembolso, corresponderá ao respetivo custo de financiamento da República Portuguesa acrescido do spread. Para efeitos do presente plano, considerou-se a taxa indicada pelo IGCP com referência a 15 de novembro.